-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --

No que diz respeito ao Estado como forma complexa de organização que produz, gere, controla, formula e implementa políticas públicas, julgue os itens a seguir.

36 Para colaborar com a gestão pública, o cidadão pode escolher participar dos conselhos gestores, órgãos colegiados e, em regra, paritários (governo e sociedade), estando consciente do clientelismo e do corporativismo presentes nesse ambiente de democracia participativa.

JUSTIFICATIVA - Certo. O cidadão pode contribuir com a gestão pública, participando dos conselhos gestores e tutelares. Embora haja exceções, a regra é a paridade. Ainda, o clientelismo e o corporativismo estão presentes na ambiência dos conselhos, conforme literatura já pacificada no mercado.

37 A dominação que assegura longevidade a uma autoridade democrática apoia-se em três fatores: fixação de atividades continuadas ao dominado como dever oficial; poderes de mando fixamente distribuídos, havendo regramento que delimite o emprego de meios coativos; e contratação de pessoas qualificadas para adotar medidas necessárias ao cumprimento do dever oficial.

JUSTIFICATIVA - Certo. A dominação aventada se apoia nos três fatores anotados. Para Max Weber, “O funcionamento específico do funcionalismo moderno manifesta-se da forma seguinte: rege o princípio das competências oficiais fixas, ordenadas, de forma geral, mediante regras: leis ou regulamentos administrativos, isto é: 1) existe uma distribuição fixa das atividades regularmente necessárias para realizar os fins do complexo burocraticamente dominado, como deveres oficiais; 2) os poderes de mando, necessários para cumprir estes deveres, estão também fixamente distribuídos, e os meios coativos (físicos, sacros ou outros) que eventualmente podem empregar estão também fixamente delimitados por regras; 3) para o cumprimento regular e contínuo dos deveres assim distribuídos e o exercício dos direitos correspondentes criam-se providências planejadas, contratando pessoas com qualificação regulamentada de forma geral. Estes três fatores constituem, na dominação baseada no direito público, a existência de uma autoridade burocrática, e na dominação da economia privada, a de uma “empresa” burocrática.”.

38 Considera-se indicador social de alta confiabilidade aquele com maior grau de proximidade entre conceito e medida, sendo, conseqüentemente, um indicador mais sensível e mais específico.

JUSTIFICATIVA - Errado. A validade é o grau de proximidade entre o conceito e a medida, ou seja, o quanto o indicador reflete o conceito no qual ele foi baseado. Um indicador é tanto mais confiável quanto maior a cobertura. Nem sempre o indicador de maior validade é o mais confiável; nem sempre o mais confiável é o mais sensível; nem sempre o mais sensível é o mais específico; enfim, nem sempre o indicador que reúne todas essas qualidades é passível de ser obtido na escala territorial e na periodicidade requerida.

39 A movimentação de questões no âmbito da agenda de discussões políticas decorre do atendimento de características da próxima agenda e ocorre da seguinte forma: as questões passam pela agenda decisória ou de mídia, em seguida pela agenda governamental ou institucional e, por fim, pela agenda sistêmica ou política.

JUSTIFICATIVA - Errado. No universo da agenda, a movimentação das questões ocorre de forma contrária à descrita no item. As questões passam da agenda sistêmica para a governamental e, por fim, para a decisória.

40 Ouvidorias são mecanismos de controle social que propiciam o exercício da cidadania e a partir dos quais o cidadão pode, por exemplo, sugerir aperfeiçoamento dos serviços e das políticas públicas ou mesmo fiscalizar ações do administrador público, por meio do relatório resumido da execução orçamentária (RREO).

JUSTIFICATIVA - Certo. As ouvidorias são instrumentos de gestão pública que propiciam o exercício de cidadania, seja para controlar e fiscalizar as ações do administrador público (por meio do RREO), seja para obter informações, avaliar, criticar e(ou) sugerir aperfeiçoamento dos serviços e das políticas públicas.

Julgue o próximo item, relativo a governabilidade e governança.

41 Considere-se que um governo, para assegurar a aprovação de determinada proposta submetida a escrutínio do plenário da casa legislativa, tenha reservado bilhões em numerário e autorizado os ministérios a efetuar pagamento de emendas do orçamento a deputados. Nessa situação hipotética, tem-se uma movimentação típica do clientelismo, já que o objetivo precípua é garantir monopólio de representação.

JUSTIFICATIVA - Errado. O clientelismo é um mecanismo em que certos governos oferecem benefícios em troca de apoio político; contudo, a garantia de monopólio de representação está associada ao corporativismo, já que o propósito é beneficiar, estritamente, representantes de determinada classe.

A respeito das ferramentas de análise de ambiente, análise gerencial e análise de desempenho que auxiliam no planejamento, na execução e na avaliação de resultado, julgue os itens subsequentes.

42 O reflexo do melhoramento contínuo nas quatro fases do ciclo PDCA tem como ponto de partida o estabelecimento de procedimentos que contemplem as orientações técnicas e os métodos necessários para que os objetivos e as metas sejam alcançados na fase de execução, que corresponde à segunda fase do ciclo.

JUSTIFICATIVA - Errado. Para atingir as metas, é necessário desenvolver métodos que considerem os procedimentos e as orientações técnicas necessários à consecução das predições anotadas no planejamento.

43 O BSC (*balanced scorecard*) consolida indicadores, desconexos ou não, em quatro grupos principais ou perspectivas.

JUSTIFICATIVA - Certo. O BSC foi esquematizado pelos seus idealizadores em quatro perspectivas, nas quais são consolidados os indicadores (desconexos ou não): financeira; cliente; processos internos; e aprendizado e crescimento.

44 Na matriz GUT, o produto a ser resolvido primeiro será o que tiver maior pontuação, conforme a nota atribuída a cada problema, que varia de acordo com a sua intensidade, sem risco de empate.

JUSTIFICATIVA - ERRADO: A desvantagem da Matriz GUT é justamente a possibilidade de empate após a multiplicação das notas atribuídas aos critérios gravidade, urgência e tendência. A existência de linhas com mesma pontuação impossibilita que se determine qual problema terá prioridade na solução. Assim, caso haja vários problemas com a mesma pontuação, impede-se a seleção do prioritário.

Acerca dos processos participativos de gestão pública, julgue o item a seguir.

- 45 As parcerias realizadas entre organizações da sociedade civil e o poder público alicerçam essas organizações e aumentam sua capacidade de atuação, sendo um mecanismo versátil para a atuação do poder público nas demandas sociais.
JUSTIFICATIVA - Certo. As parcerias com o poder público alicerçam as organizações da sociedade civil e aumentam sua capacidade de atuação. Nesse movimento, as pautas gestadas no bojo da sociedade civil são incorporadas à agenda pública, incluindo também grupos tradicionalmente marginalizados na política.
Essa incorporação abre caminho para ganhos de escala das estratégias de enfrentamento aos problemas sociais e sua universalização pode promover maior incidência das OSC.
-
- Julgue os itens que se seguem, relativos a princípios fundamentais, normas constitucionais, direitos e deveres individuais e coletivos, direitos sociais, União, estados, Distrito Federal e municípios, e servidores públicos.
- 46 Caso seja proposta emenda à Lei Orgânica do Distrito Federal para a criação de órgão de controle administrativo do Poder Judiciário do qual participem representantes dos Poderes Executivo e Legislativo, estará correto o relator que entender pela inconstitucionalidade da emenda.
JUSTIFICATIVA - Certo. Súmula STF 649: “É inconstitucional a criação, por Constituição estadual, de órgão de controle administrativo do Poder Judiciário do qual participem representantes de outros Poderes ou entidades.”.
- 47 O fato de norma constitucional ser de eficácia contida não impede a produção de todos os seus efeitos desde o momento da promulgação da Constituição.
JUSTIFICATIVA - Certo. De acordo com doutrina de referência, normas constitucionais de eficácia contida são aquelas em que o legislador constituinte regulou suficientemente os interesses relativos a determinada matéria, mas deixou margem à atuação restritiva por parte da competência discricionária do poder público, nos termos que a lei estabelecer ou nos termos de conceito gerais nelas enunciados.
- 48 Ao servidor público que se sujeite à jornada de trabalho reduzida por escolha própria é lícito o pagamento de valor inferior ao salário mínimo.
JUSTIFICATIVA - Errado. “[é] defeso o pagamento de remuneração em valor inferior ao salário mínimo ao servidor público, ainda que labore em jornada reduzida de trabalho.” (RE 964.659, rel. min. Dias Toffoli, julgado em 8/8/2022, Pleno, DJe de 1.º/9/2022, Tema 900, com mérito julgado)
- 49 É vedado ao Distrito Federal fornecer medicamento sem registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).
JUSTIFICATIVA - Errado. Constituição Federal (CF): “Art. 6.º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.”.
“Cabe ao Estado fornecer, em termos excepcionais, medicamento que, embora não possua registro na ANVISA, 19tem a sua importação autorizada pela agência de vigilância sanitária, desde que comprovada a incapacidade econômica do paciente, a imprescindibilidade clínica do tratamento, e a impossibilidade de substituição por outro similar constante das listas oficiais de dispensação de medicamentos e os protocolos de intervenção terapêutica do SUS.” (RE 1.165.959, redator do acórdão min. Alexandre de Moraes, julgado em 18/6/2021, Pleno, DJe de 22/10/2021, RG, Tema 1.161, com mérito em julgado).
- 50 Seria inconstitucional lei do Distrito Federal que autorizasse à Secretaria de Segurança Pública a venda direta de armas de fogo em desuso aos seus integrantes.
JUSTIFICATIVA - Certo. “É inconstitucional a lei estadual que autoriza a seus órgãos de segurança pública a alienação de armas de fogo a seus integrantes, por meio de venda direta.” (ADI 7.004, rel. min. Roberto Barroso, julgado em 25/4/2023, Pleno, DJe de 5/5/2023)
-
- Julgue os itens a seguir, referentes às atribuições do presidente da República, ao controle externo e interno, ao Tribunal de Contas da União (TCU), aos órgãos do Poder Judiciário e ao Ministério Público.
- 51 Caso um ato normativo de um órgão do Poder Executivo se desvie do poder regulamentar, caberá ao presidente da República sustá-lo, ouvida a Advocacia-Geral da União.
JUSTIFICATIVA - Errado. Constituição Federal de 1988: “Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional: (...) V sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa;”.
- 52 As finalidades do sistema de controle interno incluem avaliar a execução dos gastos públicos, no que se refere tanto à legalidade quanto à eficácia e à eficiência da gestão pública.
JUSTIFICATIVA - Certo. Constituição Federal de 1988: “Art. 74. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de: I avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União; II comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado; III exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União; IV apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.”.
- 53 É lícito ao TCU desconsiderar a pessoa jurídica com o objetivo de alcançar o patrimônio de pessoas físicas envolvidas na prática de atos lesivos ao erário.
JUSTIFICATIVA - Certo. “Ao TCU é assegurado plexo de poderes e mecanismos cautelares voltados à garantia da eficácia de eventuais provimentos definitivos que imponham sanções a agentes públicos ou particulares responsáveis por irregularidades no trato de recursos públicos. (...) É legal e constitucionalmente fundada a desconsideração da pessoa jurídica pelo TCU, de modo a alcançar o patrimônio de pessoas físicas ou jurídicas envolvidas na prática de atos lesivos ao erário público, observados o contraditório e a ampla defesa.” (MS 35.920, rel. min. Marco Aurélio, red. do ac. min. Gilmar Mendes, julgado em 18/3/2023, P, DJe de 13/4/2023)
- 54 Cabe ao Supremo Tribunal Federal (STF) julgar as ações ordinárias que impugnem atos do TCU.
JUSTIFICATIVA - Errado. O STF não tem competência para julgar ações ordinárias que impugnem atos do TCU. Como o acessório segue o principal, o mesmo se passa com as ações cautelares preparatórias dessas demandas. (AC 2.404 ED, rel. min. Roberto Barroso, julgado em 25/2/2014, 1.ª Turma, DJe de 19/3/2014)
- 55 É inconstitucional lei distrital que promova a divisão de competências entre os membros do Ministério Público para o inquérito civil ou para a ação civil pública.
JUSTIFICATIVA - Errado. Não há violação ao princípio da independência funcional do Ministério Público ao se promover, pela lei estadual, a divisão de competências entre seus membros para o inquérito civil ou para a ação civil pública. Isso porque o art. 127, § 1.º, da CF/1988 estabelece o princípio da independência

funcional como atributo da instituição, e não de cada um de seus membros em particular, cabendo aos estados-membros disciplinar a organização e atribuições internas do órgão nos termos do art. 128, § 5.º, da CF/1988. (ADI 1.285, rel. min. Roberto Barroso, julgado em 27/3/2023, Pleno, DJe de 5/5/2023)

A respeito da desconsideração da personalidade jurídica prevista no Código Civil, julgue os itens a seguir, considerando, quando cabível, a jurisprudência dos tribunais superiores.

56 A existência de grupo econômico, ainda que sem a presença do requisito de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial, autoriza a desconsideração da personalidade da pessoa jurídica.

JUSTIFICATIVA - Errado. Segundo o art. 50, § 4.º, do Código Civil:

“Art. 50 Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial, pode o juiz, a requerimento da parte, ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, desconsiderá-la para que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares de administradores ou de sócios da pessoa jurídica beneficiados direta ou indiretamente pelo abuso.

(...)

§ 4.º A mera existência de grupo econômico sem a presença dos requisitos de que trata o *caput* deste artigo não autoriza a desconsideração da personalidade da pessoa jurídica”.

57 O Código Civil adotou, como regra geral, a teoria menor da desconsideração da personalidade jurídica, sendo suficiente a inexistência de bens em nome da pessoa jurídica para atingir os bens dos sócios.

JUSTIFICATIVA - Errado. O Código Civil adotou a teoria maior, conforme jurisprudência do STJ, “nos casos concernentes a relações jurídicas de natureza civil-empresarial, o legislador pátrio, no art. 50 do CC de 2002, adotou a teoria maior da desconsideração, que exige a demonstração da ocorrência de elemento objetivo, relativo a qualquer um dos requisitos previstos na norma, caracterizadores de abuso da personalidade jurídica, como excesso de mandato, demonstração do desvio de finalidade (ato intencional dos sócios em fraudar terceiros com o uso abusivo da personalidade jurídica) ou a demonstração de confusão patrimonial (caracterizada pela inexistência, no campo dos fatos, de separação patrimonial entre o patrimônio da pessoa jurídica e o dos sócios ou, ainda, dos haveres de diversas pessoas jurídicas)” (AgInt nos EDcl no REsp n.º 1.873.983/SP, relator Ministro Raul Araújo, Quarta Turma, julgado em 3/4/2023, DJe de 2/5/2023.).

58 Em caso de dissolução irregular da pessoa jurídica, presume-se a existência de desvio de finalidade, para fins de desconsideração da personalidade jurídica prevista no Código Civil.

JUSTIFICATIVA - Errado. Segundo entendimento do STJ, “a desconsideração da personalidade jurídica é medida de caráter excepcional que somente pode ser decretada após a análise, no caso concreto, da existência de vícios que configurem abuso de direito, caracterizado por desvio de finalidade ou confusão patrimonial, requisitos que não se presumem em casos de dissolução irregular ou de insolvência.” (AgInt no REsp n. 1.812.292/RO, Relator Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 18/5/2020, DJe de 21/5/2020).

59 Para fins de desconsideração da personalidade jurídica prevista no Código Civil, não constitui desvio de finalidade a mera expansão ou a alteração da finalidade original da atividade econômica específica da pessoa jurídica.

JUSTIFICATIVA - Certo. Segundo o art. 50, § 5.º, do Código Civil:

“Art. 50

(...)

§ 5.º Não constitui desvio de finalidade a mera expansão ou a alteração da finalidade original da atividade econômica específica da pessoa jurídica.”

Acerca de prescrição e decadência, julgue os itens que se seguem, com base no Código Civil.

60 Em caso de responsabilidade civil que se origine de fato que deva ser apurado no juízo criminal, não correrá o prazo prescricional antes da sentença penal definitiva.

JUSTIFICATIVA - Certo. Conforme art. 200 do Código Civil:

“Art. 200 Quando a ação se originar de fato que deva ser apurado no juízo criminal, não correrá a prescrição antes da respectiva sentença definitiva.”

61 A prescrição intercorrente terá o mesmo prazo de prescrição da pretensão, observadas as causas de impedimento, de suspensão e de interrupção da prescrição previstas no Código Civil e no Código de Processo Civil.

JUSTIFICATIVA - Certo. Conforme art. 206-A do Código Civil, com redação dada pela Lei n.º 14.382, de 2022:

“Art. 206-A A prescrição intercorrente observará o mesmo prazo de prescrição da pretensão, observadas as causas de impedimento, de suspensão e de interrupção da prescrição previstas neste Código e observado o disposto no art. 921 da Lei n.º 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil).”

62 Nos casos de decadência previstos em lei, o juiz não poderá, de ofício, conhecer da decadência, sendo necessária a provocação da parte interessada.

JUSTIFICATIVA - Errado. Conforme art. 210 do Código Civil: “Art. 210 Deve o juiz, de ofício, conhecer da decadência, quando estabelecida por lei.”

A respeito do mandado de segurança, julgue os itens a seguir, com base no entendimento jurisprudencial dos tribunais superiores.

63 É vedada a impetração de mandado de segurança contra ato praticado em licitação promovida por sociedade de economia mista, por se tratar de pessoa jurídica privada.

JUSTIFICATIVA - Errado. Conforme súmula 333 do STJ, “Cabe mandado de segurança contra ato praticado em licitação promovida por sociedade de economia mista ou empresa pública”. (SÚMULA 333, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 13/12/2006, DJ 14/02/2007, p. 246).

64 De acordo com o STF, não é cabível mandado de segurança contra lei em tese.

JUSTIFICATIVA - Certo. Segundo súmula 266 do STF, “Não cabe mandado de segurança contra lei em tese”.

65 É vedada a impetração de mandado de segurança que invoque a inconstitucionalidade da norma como fundamento para o pedido principal.

JUSTIFICATIVA - Errado. Segundo o STJ, “a alegação de inconstitucionalidade da norma que ampara os efeitos concretos resultantes do ato coator atacado pode ser suscitada como causa de pedir do mandado de segurança, podendo, se procedente, ser declarada em controle difuso (*incidenter tantum*) pelo juiz ou pelo tribunal. O que a Súmula 266 do STF veda é a impetração de *mandamus* cujo próprio pedido encerra a declaração de inconstitucionalidade de norma em abstrato, pois esse tipo de pretensão diz respeito ao controle concentrado, o qual deve ser exercido no âmbito das ações diretas de (in)constitucionalidade.” (STJ, AgInt no REsp 1.796.204/CE, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de

21/05/2019).

A respeito dos crimes contra a administração pública, julgue os itens a seguir.

66 O pagamento irregular de fatura em contrato administrativo, com preterição da ordem cronológica de exigibilidade, configura ilícito administrativo que enseja a responsabilização disciplinar do agente público que o praticou, mas não constitui infração penal, por força da vedação à analogia *in malam partem*.

JUSTIFICATIVA - Errado. Trata-se de conduta tipificada como crime no Código Penal: “Art. 337-H. Admitir, possibilitar ou dar causa a qualquer modificação ou vantagem, inclusive prorrogação contratual, em favor do contratado, durante a execução dos contratos celebrados com a Administração Pública, sem autorização em lei, no edital da licitação ou nos respectivos instrumentos contratuais, ou, ainda, pagar fatura com preterição da ordem cronológica de sua exigibilidade”.

67 Nos casos de condenação por crime contra a administração pública, a progressão do regime de cumprimento de pena fica condicionada à reparação do dano ou à devolução do produto do crime.

JUSTIFICATIVA - Certo. Código Penal, art. 33, § 4.º: “O condenado por crime contra a administração pública terá a progressão de regime do cumprimento da pena condicionada à reparação do dano que causou, ou à devolução do produto do ilícito praticado, com os acréscimos legais”.

À luz da legislação penal e da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, julgue os itens que se seguem.

68 No crime de injúria praticado via Internet por meio de mensagens privadas a cujo conteúdo somente o autor e o destinatário tenham acesso, a consumação ocorre no local em que a vítima tomou conhecimento do conteúdo ofensivo.

JUSTIFICATIVA - Certo. “O crime de injúria praticado pela internet por mensagens privadas, as quais somente o autor e o destinatário têm acesso ao seu conteúdo, consuma-se no local em que a vítima tomou conhecimento do conteúdo ofensivo.” (CC 184.269-PB, rel. min. Laurita Vaz, Terceira Seção, por unanimidade, julgado em 9/2/2022).

69 Suponha-se que, na ocasião de ato ilícito consistente na subtração de bem alheio, a vítima, portadora de doença cardíaca, tenha falecido devido ao estresse desencadeado pela violência empregada pelo agente do crime. Nessa situação, ainda que a doença cardíaca da vítima configure concausa preexistente relativamente independente, não se afasta o nexo de causalidade em relação ao resultado mais grave (morte), e o agente do crime deverá responder por latrocínio.

JUSTIFICATIVA - Certo. “A existência de doença cardíaca de que padecia a vítima configura-se como concausa preexistente relativamente independente, não sendo possível afastar o resultado mais grave (morte) e, por consequência, a imputação de latrocínio.” (HC 704.718-SP, rel. ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, por unanimidade, julgado em 16/5/2023, DJe de 23/5/2023).

70 A condenação pelo crime de assunção de obrigação no último ano do mandato ou da legislatura prescinde da especificação das despesas que foram contraídas e que não puderam ser pagas no mesmo exercício financeiro ou no seguinte, bastando análise global das despesas, considerada a iliquidez total do caixa.

JUSTIFICATIVA - Errado. “A condenação pelo art. 359-C do Código Penal deve especificar despesas contraídas nos dois últimos quadrimestres do mandato, que não puderam ser pagas no mesmo

exercício financeiro ou no exercício seguinte. Essa análise não pode ser global, considerando a iliquidez total do caixa, sob pena de prejudicar a ampla defesa.” (HC 723.644-SP, rel. ministro Sebastião Reis Júnior, Sexta Turma, por unanimidade, julgado em 7/3/2023, DJe de 9/3/2023).

Em relação à prescrição, julgue os próximos itens.

71 Se o réu completar setenta anos de idade depois da sentença penal condenatória e antes da decisão que julgar embargos de declaração opostos em desfavor dela, não se aplicará a redução do prazo prescricional pela metade.

JUSTIFICATIVA - Errado. “É cabível a redução do prazo prescricional pela metade (art. 115 do CP) se, entre a sentença condenatória e o julgamento dos embargos de declaração, o réu atinge a idade superior a 70 anos, tendo em vista que a decisão que julga os embargos integra a própria sentença condenatória.” (EDcl no AgRg no REsp 1.877.388-CE, rel. ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, por unanimidade, julgado em 2/5/2023, DJe de 5/5/2023).

72 Conforme o entendimento do Supremo Tribunal Federal, o termo inicial da contagem do prazo da prescrição da pretensão executória, para ambas as partes, é o trânsito em julgado.

JUSTIFICATIVA - Certo. Trata-se da orientação do Supremo Tribunal Federal (ARE 1.301.223 AgR-ED, relator min. Dias Toffoli, Primeira Turma, DJe de 29/4/2022).

A respeito das provas, da ação penal e da sentença penal, julgue os itens a seguir.

73 Caso haja aditamento da denúncia, o juiz, na sentença, fica adstrito aos termos do aditamento.

JUSTIFICATIVA - Certo. Código de Processo Penal, art. 384, § 4.º: “Havendo aditamento, cada parte poderá arrolar até 3 (três) testemunhas, no prazo de 5 (cinco) dias, ficando o juiz, na sentença, adstrito aos termos do aditamento.”.

74 O exame de corpo de delito não pode ser dispensado para a comprovação da materialidade do crime de lesão corporal, por se tratar de crime não transeunte.

JUSTIFICATIVA - Errado. Código de Processo Penal, art. 167: “Não sendo possível o exame de corpo de delito, por haverem desaparecido os vestígios, a prova testemunhal poderá suprir-lhe a falta”. “O exame de corpo de delito poderá, em determinadas situações, ser dispensado para a configuração de lesão corporal ocorrida em âmbito doméstico, na hipótese de subsistirem outras provas idôneas da materialidade do crime.” (AgRg no AREsp 2.078.054-DF, rel. ministro Messod Azulay Neto, Quinta Turma, por unanimidade, julgado em 23/5/2023, DJe de 30/5/2023).

75 Conforme entendimento do Superior Tribunal de Justiça, se os pedidos deduzidos na ação de improbidade administrativa forem julgados improcedentes em virtude da ausência tanto de dolo quanto de obtenção de vantagem indevida, eventual denúncia relativa aos mesmos fatos, na esfera criminal, deverá ser rejeitada.

JUSTIFICATIVA - Certo. “A absolvição na ação de improbidade administrativa em virtude da ausência de dolo e da ausência de obtenção de vantagem indevida esvazia a justa causa para manutenção da ação penal.” (RHC 173.448-DF, rel. ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, por unanimidade, julgado em 7/3/2023).

A respeito do regime de previdência complementar e da contagem recíproca de tempo de contribuição, julgue os itens a seguir.

- 76** Ao trabalhador que exerça concomitantemente atividade remunerada vinculada ao regime geral de previdência social (RGPS) e outra vinculada a regime próprio de previdência social (RPPS) é admitida a contagem recíproca de tempo de contribuição.

JUSTIFICATIVA - Errado. O Decreto n.º 3.048/1999 aprova o Regulamento da Previdência Social e dá outras providências. O art. 125 e os artigos seguintes regulam a contagem recíproca de tempo de contribuição. O art. 127, inciso II, define que é vedada a contagem de tempo de contribuição no serviço público com o de contribuição na atividade privada, quando concomitantes. Portanto, o exercício de atividades realizadas concomitantemente não admite a contagem recíproca de tempo de contribuição.

- 77** É vedada à União a criação de entidades fechadas de previdência complementar com a finalidade de administrar e executar planos de benefícios destinados exclusivamente aos servidores públicos titulares de cargo efetivo do Poder Judiciário.

JUSTIFICATIVA - Errado. A Lei n.º 12.618/2012 institui o regime de previdência complementar para os servidores públicos federais titulares de cargo efetivo dos três poderes da União. O referido instrumento normativo instituiu as entidades fechadas de previdência complementar de cada um dos poderes, quais sejam: a Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo (Funpresp-Exe), para os servidores públicos titulares de cargo efetivo do Poder Executivo; a Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Legislativo (Funpresp-Leg), para os servidores públicos titulares de cargo efetivo do Poder Legislativo e do Tribunal de Contas da União e para os membros deste Tribunal; e a Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Judiciário (Funpresp-Jud), para os servidores públicos titulares de cargo efetivo e para os membros do Poder Judiciário. Portanto, não é vedada a criação de entidades fechadas de previdência complementar com a finalidade de administrar e executar planos de benefícios destinados exclusivamente aos servidores públicos titulares de cargo efetivo do Poder Judiciário.

Acerca do regime geral de previdência social (RGPS), julgue os itens subsequentes.

- 78** Considere-se que Maria e Cláudia convivam em regime de união estável, sejam empregadas de diferentes empresas e tenham adotado uma criança de dois anos de idade. Nessa situação hipotética, em decorrência da adoção, será concedido a ambas as mães adotivas salário-maternidade por um período de cento e vinte dias.

JUSTIFICATIVA - Errado. A Lei n.º 8.213/1991 dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. O art. 71 do referido instrumento normativo define que o salário-maternidade é devido à segurada da previdência social, durante cento e vinte dias, com início vinte e oito dias antes e término noventa e um dias depois do parto. Já o seu art. 71-A define que o salário-maternidade é devido ao segurado ou à segurada da previdência social que adotar ou obtiver guarda judicial, para fins de adoção de criança de até doze anos de idade, pelo período de cento e vinte dias. Entretanto, o § 2º do mesmo dispositivo legal define que ressalvadas as hipóteses de pagamento de salário-maternidade à mãe biológica e de pagamento ao cônjuge ou companheiro sobrevivente, nos termos do disposto no art. 93-B, não poderá ser concedido salário-maternidade a mais de um segurado ou segurada em decorrência do mesmo processo de adoção ou guarda, ainda que o cônjuge ou companheiro esteja vinculado a regime próprio de previdência social. Portanto, o salário-maternidade será devido apenas a uma das mães adotivas.

- 79** O cônjuge de segurado do RGPS tem direito ao recebimento da pensão por morte de modo vitalício, independentemente do tempo de matrimônio e do tempo de contribuição do

segurado.

JUSTIFICATIVA - Errado. A Lei n.º 8.213/1991 dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. O art. 77, § 2º, inciso V, do referido instrumento normativo define que o tempo de concessão da pensão por morte devido ao companheiro ou cônjuge depende do tempo de contribuição do segurado, bem como do tempo de casamento ou união estável e também da idade do companheiro ou cônjuge. Portanto, o benefício da pensão por morte não será sempre concedido de forma vitalícia.

Com relação às contribuições sociais e ao salário-de-contribuição, julgue os itens que se seguem.

- 80** Quando decorrente de rescisão de contrato de trabalho sem justa causa, a indenização compensatória de 40% sobre o montante depositado na conta vinculada do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) do trabalhador não é considerada salário-de-contribuição, razão pela qual não há incidência de contribuição previdenciária sobre essa parcela.

JUSTIFICATIVA - Certo. O Decreto n.º 3.048/1999 aprova o Regulamento da Previdência Social e dá outras providências. O art. 214, § 9º, inciso V, alínea “a”, do referido instrumento normativo define que não integram o salário-de-contribuição as importâncias recebidas a título de indenização compensatória de 40% do montante depositado no FGTS, como proteção à relação de emprego contra despedida arbitrária ou sem justa causa, conforme disposto no inciso I do art. 10 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (art. 28, § 9º, alínea “e”, item 2). Portanto, considerando-se que tal verba não integra o salário-de-contribuição, não haverá incidência de contribuição previdenciária sobre ela.

- 81** A alíquota de contribuição previdenciária devida pelo segurado empregado e pelo empregado doméstico para o RGPS é diferente da alíquota devida pela empresa e pelo empregador doméstico.

JUSTIFICATIVA - Certo. O Decreto n.º 3.048/1999 aprova o Regulamento da Previdência Social e dá outras providências. O art. 198 do referido instrumento normativo define que a contribuição do segurado empregado, inclusive o doméstico, é calculada por meio da aplicação da alíquota correspondente, de forma progressiva, sobre o seu salário de contribuição mensal, de acordo com a tabela indicada. Já o seu art. 201, inciso I, define que a contribuição a cargo da empresa, destinada à seguridade social, é de vinte por cento sobre o total das remunerações pagas, devidas ou creditadas, a qualquer título, no decorrer do mês, aos segurados empregado, além da contribuição devida para o custeio da aposentadoria especial (art. 202). Por seu turno, o art. 211 define que a contribuição previdenciária do empregador doméstico incide sobre o salário de contribuição do empregado doméstico a seu serviço e será de oito por cento de contribuição patronal (inciso I); e oito décimos por cento de contribuição social para financiamento do seguro contra acidentes do trabalho (inciso II). Portanto, conclui-se que a alíquota de contribuição previdenciária devida pelo segurado empregado e empregado doméstico para o RGPS é diferente da alíquota devida pela empresa e pelo empregador doméstico.

Com referência ao RPPS dos servidores públicos do Distrito Federal (DF) e ao RPPS dos servidores públicos da União, julgue os itens subsequentes.

- 82** Considere-se que Gustavo seja servidor público titular de cargo efetivo da União lotado em Brasília e tenha sido cedido ao Governo do DF a pedido do secretário de segurança pública, com ônus para o cessionário. Nesse caso, Gustavo permanecerá vinculado ao RPPS dos servidores públicos da União.

JUSTIFICATIVA - Certo. A Lei n.º 9.717/1998 dispõe sobre regras gerais para a organização e o funcionamento dos regimes próprios

de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos militares dos Estados e do Distrito Federal e dá outras providências. O seu art. 1.º-A define que o servidor público titular de cargo efetivo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios ou o militar dos Estados e do Distrito Federal filiado a regime próprio de previdência social, quando cedido a órgão ou entidade de outro ente da federação, com ou sem ônus para o cessionário, permanecerá vinculado ao regime de origem. Portanto, no caso apresentado, embora tenha sido cedido para o governo do Distrito Federal, com ônus para o cessionário, Gustavo permanecerá vinculado ao regime previdenciário de origem, qual seja, dos servidores públicos da União.

- 83 Caso Pedro seja nomeado secretário de estado do DF e João seja aprovado em concurso público para preencher cargo de emprego público no mesmo ente federativo, então Pedro e João serão ambos considerados segurados obrigatórios do RPPS dos servidores públicos do DF.

JUSTIFICATIVA - Errado. A Lei Complementar Distrital n.º 769/2008 reorganiza e unifica o Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal – RPPS/DF e dá outras providências. O seu art. 1º define que o Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal – RPPS/DF, é destinado exclusivamente aos servidores titulares de cargos efetivos ativos e inativos e os pensionistas, do Poder Executivo e do Poder Legislativo do Distrito Federal, incluídos o Tribunal de Contas do Distrito Federal, as autarquias e as fundações, na qualidade de segurados, bem como seus respectivos dependentes. Já o § 1º do mesmo dispositivo legal define que não integram o RPPS/DF os servidores ocupantes, exclusivamente, de cargos em comissão, declarados em lei de livre nomeação e exoneração — como é o caso de Pedro —, bem como de outros cargos temporários ou de empregos públicos — como é o caso de João. Portanto, nenhum dos dois será considerado segurado obrigatório do RPPS do Distrito Federal.

Com referência ao regime de previdência complementar dos servidores do DF, julgue os próximos itens, com base na Lei Complementar Distrital n.º 932/2017.

- 84 Considere-se que Flávia, servidora pública do DF, titular de cargo efetivo da administração direta e vinculada ao regime de previdência complementar dos servidores do DF, tenha se licenciado do cargo a seu pedido e sem remuneração. Nesse caso, durante o período do seu licenciamento, Flávia poderá manter o vínculo com o referido regime de previdência complementar, desde que opte pelo autopatrocínio.

JUSTIFICATIVA - Certo. A Lei Complementar Distrital n.º 932/2017 institui o regime de previdência complementar do Distrito Federal e dá outras providências. O seu art. 1º instituiu o regime de previdência complementar para os servidores públicos do Distrito Federal titulares de cargos efetivos da administração direta, autárquica e fundacional, que é administrado pela Fundação de Previdência Complementar dos Servidores do Distrito Federal (DF-PREVICOM). Cumpre salientar que, nos termos do art. 5.º, inciso XVI, do referido instrumento normativo, autopatrocínio é a possibilidade de o participante manter o valor de sua contribuição e a do patrocinador, no caso de perda parcial ou total da remuneração recebida, para assegurar a percepção dos benefícios nos níveis inicialmente contratados. Ressalta-se, ainda, que o art. 8.º do mesmo diploma legal define que o participante que estiver afastado ou licenciado do cargo sem remuneração ou subsídio pode manter a adesão à previdência complementar do Distrito Federal, desde que opte pelo autopatrocínio. Portanto, durante o período do seu licenciamento, Flávia pode manter o vínculo com o DF-PREVICOM, caso opte pelo autopatrocínio.

- 85 O servidor público do DF que seja beneficiário do regime de previdência complementar dos servidores do DF tem direito de promover a portabilidade do seu direito acumulado para

outro plano, bem como de promover o resgate das contribuições vertidas para aquele plano de previdência complementar, descontadas as parcelas do custeio administrativo.

JUSTIFICATIVA - Certo. A Lei Complementar Distrital n.º 932/2017 institui o regime de previdência complementar do Distrito Federal e dá outras providências. O seu art. 1º instituiu o regime de previdência complementar para os servidores públicos do Distrito Federal titulares de cargos efetivos da administração direta, autárquica e fundacional, que é administrado pela Fundação de Previdência Complementar dos Servidores do Distrito Federal (DF-PREVICOM). Cumpre salientar que o art. 9º, incisos II e III do referido instrumento normativo admite tanto a portabilidade do direito acumulado pelo participante para outro plano, como também o resgate da totalidade das contribuições vertidas ao plano pelo participante, descontadas as parcelas do custeio administrativo. Portanto, o servidor público do Distrito Federal beneficiário do regime de previdência complementar dos servidores do DF tem direito de promover a portabilidade do seu direito acumulado para outro plano, bem como o direito de promover o resgate das contribuições vertidas para esse plano de previdência complementar, descontadas as parcelas do custeio administrativo.

Acerca do instituto da desconsideração da personalidade jurídica, julgue os itens a seguir, considerando, quando cabível, a jurisprudência dos tribunais superiores.

- 86 A teoria maior da desconsideração da personalidade jurídica, adotada pela legislação civil, exige prova do desvio de finalidade da sociedade ou confusão patrimonial entre o patrimônio dos sócios e o da sociedade empresária.

JUSTIFICATIVA - Certo. A teoria maior subdivide-se em subjetiva e objetiva. Pela primeira formulação, a desconsideração requer o elemento fraude; pela segunda, basta que se demonstre a confusão patrimonial. A legislação civil adotou a teoria maior, nas suas duas vertentes, conforme dispõe o artigo 50 do Código Civil: “Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial, pode o juiz, a requerimento da parte, ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, desconsiderá-la para que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares de administradores ou de sócios da pessoa jurídica beneficiados direta ou indiretamente pelo abuso.”

- 87 A ausência de bens passíveis de penhora configura desvio de finalidade, possibilitando a desconsideração da personalidade jurídica com vistas à penhora de bens do sócio para a satisfação de obrigações contraídas em nome da pessoa jurídica.

JUSTIFICATIVA - Errado. Conforme entendimento jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça (STJ), “3. No caso dos autos, os fundamentos trazidos pela Corte de origem para confirmar a aplicação da *disregard doctrine* estão alicerçados, basicamente, **na inexistência de bens passíveis de penhora**, que, por si mesma, caracteriza o desvio de finalidade previsto no art. 50 do CC/2002 com vistas a se autorizar a desconsideração da personalidade jurídica. 4. Contudo, nos termos da jurisprudência desta Corte Superior, **‘a mera demonstração de inexistência de patrimônio da pessoa jurídica ou de dissolução irregular da empresa sem a devida baixa na junta comercial, por si sós, não ensejam a desconsideração da personalidade jurídica’**” (AgRg no AREsp n.º 347.476/DF, relator ministro Raul Araújo, Quarta Turma, julgado em 5/5/2016, DJe 17/5/2016).

- 88 A teoria menor da desconsideração da personalidade jurídica é adotada pelo Código de Defesa do Consumidor quando este dispõe que, sempre que a personalidade jurídica da empresa for óbice ao ressarcimento dos prejuízos causados aos consumidores, sua desconsideração será possível.

JUSTIFICATIVA - Certo. Extrai-se do artigo 28, § 5.º, do Código

de Defesa do Consumidor que a sistemática consumerista adotou a teoria menor, admitindo a desconsideração da personalidade sempre que ela for óbice ao ressarcimento dos prejuízos causados aos consumidores, de forma diversa da posição adotada pelo Código Civil no seu art. 50, no qual prevalece a teoria maior da desconsideração, em que se faz necessária a comprovação do abuso da autonomia jurídica, consubstanciada pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial.

A respeito das características e dos tipos de sociedades anônimas, julgue os itens que se seguem, com base na Lei n.º 6.404/1976.

89 A responsabilidade dos acionistas de uma sociedade anônima limita-se ao preço de emissão das ações por eles subscritas ou adquiridas.

JUSTIFICATIVA - Certo. De acordo com o disposto no art. 1.º da Lei n.º 6.404/1976, a responsabilidade dos sócios ou acionistas será limitada ao preço da emissão das ações subscritas ou adquiridas.

90 Os valores mobiliários de emissão de uma sociedade anônima de capital fechado não são admitidos à negociação no mercado de valores mobiliários.

JUSTIFICATIVA - Certo. De acordo com o disposto no art. 4.º da Lei n.º 6.404/1976, “a companhia é aberta ou fechada conforme os valores mobiliários de sua emissão estejam ou não admitidos à negociação no mercado de valores mobiliários.”.

No que concerne ao consórcio de empresas, disciplinado pela Lei n.º 6.404/1976, julgue os próximos itens.

91 No âmbito do consórcio, a falência de uma das consorciadas atinge as demais participantes, extinguindo de pleno direito o consórcio com as outras contratantes.

JUSTIFICATIVA - Errado. De acordo com o disposto no artigo 278, § 2.º, da Lei n.º 6.404/1976, a falência de uma consorciada não se estende às demais, subsistindo o consórcio com as outras contratantes.

92 Ao se constituir, o consórcio de empresas adquire personalidade jurídica, e todas as consorciadas respondem solidariamente pelas obrigações assumidas, independentemente do grau de participação de cada uma no consórcio.

JUSTIFICATIVA - Errado. De acordo com o disposto no artigo 278, § 1.º, da Lei n.º 6.404/1976, “O consórcio não tem personalidade jurídica e as consorciadas somente se obrigam nas condições previstas no respectivo contrato, respondendo cada uma por suas obrigações, sem presunção de solidariedade.”.

À luz da Lei n.º 6.404/1976, julgue os itens subsequentes, que dizem respeito à dissolução, liquidação e extinção de companhias.

93 A companhia dissolvida de pleno direito por decisão judicial ou por decisão de autoridade administrativa competente conserva sua personalidade jurídica até sua extinção.

JUSTIFICATIVA - Certo. Conforme artigo 206 da Lei n.º 6.404/1976, existem três maneiras de dissolução de uma companhia: pleno direito, por decisão judicial ou por decisão de autoridade administrativa competente. Ocorrendo a dissolução, a companhia conserva sua personalidade jurídica, até a extinção, com o fim de proceder à liquidação, conforme disposição do artigo 207 do mesmo diploma legal.

94 Extingue-se a companhia pela transformação, pela incorporação, pela fusão ou pela cisão, com versão de todo o patrimônio em outras sociedades.

JUSTIFICATIVA - Errado. Conforme artigo 219, inciso II, da Lei n.º 6.404/1976, extingue-se a companhia “pela incorporação ou

fusão, e pela cisão com versão de todo o patrimônio em outras sociedades.” A transformação não dá causa à extinção da companhia.

95 No caso de liquidação judicial, silente o estatuto da companhia, caberá à assembleia-geral nomear o liquidante que deverá atuar durante todo o período de liquidação.

JUSTIFICATIVA - Errado. Conforme disposto no artigo 209, § único, da Lei n.º 6.404/1976, “Na liquidação judicial, será observado o disposto na lei processual, devendo o liquidante ser nomeado pelo juiz.”.

Espaço livre